



Para uma leitura de
O Judeu de Bernardo Santareno
José Oliveira Barata



821.134.309 SAN, B/BAR, 7

José Oliveira Barata

PARA UMA LEITURA DE *O JUDEU* DE BERNARDO SANTARENO



2-7-2013
ULFL 141654



Todas as citações de *O JUDEU* são feitas a partir da 5.^a edição da obra (Ática, Lisboa, 1981).

Título: Para uma leitura de *O Judeu*, de Bernardo Santareno

Autor: José Oliveira Barata

© 1983, José Oliveira Barata e Contraponto, edições

Edição: Contraponto, edições/Rua de Costa Cabral, 859/Porto

N.º de edição: 009

Capa e arranjo gráfico: Gil Maia

Capa e contracapa: Fotografia da encenação de *O Judeu* por Rogério Paulo no Teatro Nacional de D. Maria II/Casa de Garrett

© Garizo do carmo, fotógrafo

Fotocomposição: Fotocompositoria Tipofarm

Impressão: Litografia Ach. Brito

Tiragem: 3000 exemplares

Introdução

A produção dramática de Bernardo Santareno ultrapassa de longe o significado do seu posicionamento na história do nosso mais recente teatro. Assume a força de documento social expresso através do vigor da sua dramaturgia. Iniciada em 1957 e chegando até 1980, a obra de Santareno reflecte a coerência do escritor de teatro, em Portugal, lutando contra todos os condicionalismos que se avolumavam em torno dos criadores artísticos. Desde obras integralmente proibidas, outras inicialmente toleradas e logo mandadas retirar de cena, até à desilusão e desespero da «auto-censura», a obra deixada por Santareno reflecte, nas suas grandezas e debilidades, as vicissitudes por que passou o teatro português nos últimos vinte e cinco anos. Reflecte, por outro lado, a pesquisa de uma temática intrinsecamente portuguesa, mergulhando as suas raízes nos ricos terrenos das realidades populares, nos seus costumes, hábitos, grandezas e misérias.

Introdução

A inclusão da «narrativa dramática» *O Judeu* de Bernardo Santareno nos programas de Português do 12.º ano de escolaridade, certamente coloca a professores e alunos problemas concretos de articulação entre teoria e prática pedagógicas na abordagem do **texto dramático**. Problemas que não são novos, se pensarmos que ao longo dos programas oficiais do ensino secundário muitos são os **textos dramáticos** cujo estudo louvavelmente se recomenda; a par da crescente atenção que parece dedicar-se à sensibilização do aluno para o estudo do **teatro**.

Marco significativo no panorama do teatro português contemporâneo, *O Judeu* de Bernardo Santareno pressupõe uma cuidada análise do momento histórico em que surgiu, das coordenadas culturais que procura transmitir e, não menos importante, implica o conhecimento das principais correntes estéticas da moderna dramaturgia europeia que, entre os anos 60 e 70, mais influenciaram os nossos dramaturgos.

Para além da análise específica de *O Judeu*, enquanto peça de estudo obrigatório — quer se aceite ou não o plano pedagógico que acompanha os programas oficiais — os professores sentirão, por certo, a necessidade de abordar o «texto teatral» de forma bem diversa do **romance** ou da **novela**. O texto de Santareno, como todos os textos dramáticos, **espera** e constantemente **solicita** a sua **projectão espectacular**.

Detectar o que há de **especificamente teatral** e, simultaneamente, completar o «código textual», é uma tarefa aliciante, entre nós, infelizmente, servida por escassa bibliografia.

Para uma Leitura de *O Judeu* é pois uma pequena monografia que elaboramos procurando fornecer a professores e alunos sugestões práticas para uma mais fácil abordagem da análise dramática da obra, procurando não descurar a referência aos aspectos que despertem no aluno o gosto pelo «espectáculo» que Bernardo Santareno pensou.

Esperemos que **Para uma Leitura de *O Judeu*** responda às necessidades mais sentidas pela maioria dos nossos colegas, a quem cabe a

tarefa de analisar este texto dramático, e simultaneamente estimule o jovem pré-universitário para a prática do Teatro.

O facto de o autor desta pequena monografia se dedicar ao estudo de António José da Silva e, simultaneamente, ter tido a possibilidade de, por várias vezes, contactar com o malogrado autor de *O Judeu*, poderia significar garantia de êxito total no trabalho que se apresenta. Pelo contrário. Em muitos casos o «especialista» é o pior inimigo da simplicidade. Não surpreenderá que ao falarmos de António José da Silva nos refugiemos prudentemente no que há de **absolutamente certo** sobre a vida e obra do autor, levantando, apenas de passagem, alguns pontos que não mereceriam reflexão exaustiva no âmbito divulgativo deste pequeno livro. Sobre Santareno temos ainda bem presentes as reticências do próprio autor a alguns momentos da obra que, já no final da vida, se preparava para rever, pensando no espectáculo que Rogério Paulo viria a encenar para o Teatro Nacional D. Maria / Casa de Garrett.

Se a simplicidade é inimiga do simplismo esperemos que, procurando atingir a primeira, estejamos a ser didácticos, úteis e estimulantes; procurando harmonizar **informação e clareza expositiva** evitemos não deslustrar a memória de dois grandes dramaturgos: O Judeu e Bernardo Santareno, que em boa hora o reevocou.

1. António José da Silva: vida, obra, época

Apesar de não se encontrar totalmente esclarecido o itinerário cívico de António José da Silva e das dificuldades biográficas que os documentos nem sempre aclaram, a crítica inscreve no panorama da história do Teatro Português o nome do **Judeu** como marco relevante. A história do **cidadão** acompanha a do **artista**. Longe de se poder afirmar que se inter-relacionam, convirá todavia não perder de vista alguns factos biográficos que ajudarão a compreender o clima político, social e religioso em que se maturaram as **óperas** do Judeu.

Quem foi António José da Silva?

Um dos muitos que, não abdicando das suas crenças religiosas, determinada e obstinadamente se bateu nos cárceres do Santo Ofício contra as perseguições que sobre ele e a família se abateram, culminando no processo fatal de 1739, onde acabou por ser sentenciado no lote dos «relaxados em carne» que, na linguagem do Santo Ofício, significava condenado à morte na fogueira dos Autos de Fé.

O processo de António José da Silva não o envolveu apenas a ele próprio. A fria lógica persecutória dos Inquisidores do Santo Ofício desde muito cedo dedicara particular atenção à família do dramaturgo. Começando pelo pai, advogado, que logo após a sua chegada do Brasil foi encarcerado, denunciando de imediato muitos companheiros e amigos, que de repente se viram enredados nas malhas do Tribunal da Inquisição.

O mesmo com a mãe, Lourença Coutinho de seu nome. Ela foi, por certo, de todos os membros da família, a que mais longo cativo iria sofrer. Saída por mais de uma vez em **autos públicos**, acabará por

sofrer o degredo em Castro Marim, vindo a sair definitivamente sentenciada no mesmo auto de fé em que o filho foi condenado à morte.

Também a mulher do comediógrafo, Leonor de Carvalho, prima de António José, natural da Covilhã, desde muito cedo começou a sua peregrinação pelos cárceres da Inquisição. Os antecedentes judaicos de Leonor tinham-na, ainda jovem, levado a fugir da Covilhã, na companhia dos pais, acabando todavia por vir a ser presa e julgada no tribunal inquisitorial de Valladolid. Tal como Lourença Coutinho, Leonor, que chegará a ter um filho de António José da Silva nos cárceres da Inquisição, acompanhará as várias fases do processo do comediógrafo acabando também por sair no último auto de fé (1739), penitenciada com pena idêntica à da sogra.

Os outros membros da família

Os irmãos de António José não surgem, na história da família, incomodados pelos familiares do Santo Ofício. Um deles chegou a completar o seu curso de advocacia e a exercê-la na cidade de Lisboa.

Particular importância se costuma atribuir ao papel desempenhado pela escrava negra que partilhava a intimidade da família e que, segundo alguns, foi uma das testemunhas fundamentais que levaram à condenação do dramaturgo, bem como dos restantes membros do seu agregado familiar.

Os processos

António José da Silva é, pois, de todos os membros da família, o que acabará por sofrer a sentença mais dura, apesar de em termos de duração o seu processo não se poder comparar ao que sofreu sua mãe Lourença Coutinho.

Preso enquanto estudante de Cânones na Universidade de Coimbra, sai sentenciado no Auto de Fé realizado em S. Domingos com a presença do rei, condenado como **relapso, convicto e pertinaz**,

«aconselhando-se» a ser doutrinado na lei de Deus, para o que lhe foi destinado um padre auxiliar.

Por certo vigiado durante 4 anos de «liberdade», entra de novo nos cárceres da Inquisição em 1738. Dali saiu para o Auto público da Fé de 1739, acusado de relapso, convicto e negativo, após ter sido submetido a longo cativeiro. O processo que até nós chegou está longe de ser claro. As acusações são as habituais. Delas se defendeu o comediógrafo como pôde, reafirmando todavia a sua crença na lei de Moisés, com determinada convicção, apesar dos muitos sofrimentos e torturas a que foi submetido.

A Obra

Em quatro anos de vida pública, António José da Silva escreve as obras que hoje lhe são unanimemente atribuídas, e que, tendo algumas delas sido publicadas anónimas durante a sua vida, surgem depois reeditadas em 1744 em dois volumes do *Teatro Cómico Português*, editado por Francisco Luís Ameno. Ameno, editor de grande prestígio, também ele escritor e amigo do **Judeu**, obteve um privilégio para a publicação da obra do malogrado comediógrafo.

Reconhecem-se como originais de António José da Silva as comédias escritas e representadas no Teatro do Bairro Alto, entre 1733 e 1738, ano em que já o autor sofria os rigores do último e definitivo processo.

Com a relativa certeza que futuras investigações históricas sempre podem invalidar, aceitam-se como originais de António José da Silva oito óperas joco-sérias: 1) *A vida de D. Quixote e do Gordo Sancho Pança*; 2) *A Esopaida ou Vida do Esopo*; 3) *As Guerras de Alecrim e Mangerona*; 4) *Os Encantos de Medeia*; 5) *As Variedades de Proteu*; 6) *Precipício de Faetonte*; 7) *O Anfitrião ou Júpiter e Alcmena* e o *Labirinto de Creta*.

Maiores dúvidas — apesar de alguns estudos já existentes — levanta a atribuição ao **Judeu** de *As Obras do Diabinho da Mão Furada* e de *o Prodígio de Amarante*, sobre a vida e milagres do S. Gonçalo de Amarante.

Dúvidas e Certezas

O «caso» Judeu está longe da sua total clarificação. A figura de António José, enquanto homem, enquanto crente pertencente ao que na época se designava por «gente de nação», continua a suscitar alguns pontos obscuros. Mas as eventuais dúvidas que se possam levantar em nada invalidam o valor, significado e importância do exemplo cívico, qualidade artística e relevo da sua produção, na primeira metade do século XVIII.

As condições dolorosas que envolveram a vida do dramaturgo em muito contribuem para que em torno do **Judeu** os juízos críticos nem sempre tenham sabido dissociar o **homem** da **obra**. Chega-se a procurar ver nesta uma das maiores afrontas ao poder constituído, «vendo-se», em determinados passos das óperas do **Judeu**, alfinetadas ao modo opulento de viver da corte joanina, bem como ao ideário religioso, fanaticamente defendido pelo Tribunal da Santa Inquisição.

Todavia, não deixa de surpreender que nos processos que o Judeu sofreu não surjam apreendidas as obras do comediógrafo (como sucedeu em tantos outros casos de escritores vítimas de processos inquisitoriais). Não menos relevante é o facto de apenas uma das testemunhas das chamadas a depor aludir episodicamente ao facto de António José escrever comédias para o Teatro do Bairro Alto.

Ponto não menos obscuro é o facto de António José da Silva ter sido advogado. Nada nos pode garantir semelhante afirmação. Após o primeiro processo sofrido, enquanto estudante de Cânones em Coimbra, o seu nome desapareceu dos livros de matrículas da Universidade. Ainda que no processo final seja dado como advogado, e alguns documentos da época o refiram como tal, dispomos de informações suficientes para comprovar que a carreira de advogado (como tantas outras) pressupunha «limpeza de sangue».

A leitura dos processos inquisitoriais pouco ou nada adianta sobre este ponto. Dela se pode, pelo contrário, extrair a ideia de um homem convicto da sua fé, intransigente face aos seus perseguidores e íntegro na sua dignidade moral e crente.

Dúvidas pois que, como se disse, em nada alteram o valor da obra do **Judeu**. Compreende-se, após a breve exposição de algumas reticências quanto ao itinerário biográfico do comediógrafo, que durante muito tempo a crítica à produção do **Judeu** tenha incidido de forma predominante sobre aspectos mais comoventes da sua existência, em frontal luta

contra o obscurantismo do Tribunal da Santa Inquisição. Mas essa é a visão por vezes pietista, que deixa ficar na sombra a análise do essencial da sua produção dramática, para valorizar episódios biográficos que fizeram de A. José um «mártir da inquisição», como o designou Teófilo Braga.

Para lá das dúvidas por esclarecer e das certezas já adquiridas, fica-nos o legado dramático do Judeu, por certo dolorosa e ansiosamente escrito no curto espaço de quatro anos de «liberdade». Oito peças quase coincidentes com o calendário teatral da época (sensivelmente dividido em duas temporadas).

Fica o exemplo de um homem que, contra os rigores do Santo Ofício, não transigiu no seu ideário de fé, assumindo a condição de cristão-novo, quando era difícil fazê-lo.

Para lá do exemplo cívico (que futuras investigações por certo aclararão) importa-nos a actualidade de um legado dramático escrito a pensar nas tábuas do palco. Obras nem sempre amadurecidas, porque o tempo era avesso à tranquilidade da criação; mas poderosos exemplos das potencialidades dramáticas deste autor que, situado numa encruzilhada de tendências teatrais europeias, anuncia novos ares para a dramaturgia portuguesa, que parecia ter-se vindo a asfixiar após a perda da independência política em 1640.

Os Estrangeirados

Abandonar o reino era uma das atitudes que os espíritos mais inquietos, e sobretudo conscientes dos males de que padecia o país, poderiam tomar. Muitos foram os que, depois de perseguidos pelo obscurantismo inquisitorial, outra solução não encontraram do que a descoberta da Europa.

Por toda a Europa, especialmente Inglaterra, França e Países Baixos, novas ideias agitavam as consciências preanunciando tempos de mudança que conduzirão aos ideais da Revolução Francesa. Ao primado escolástico do dogma indiscutível, opunha-se o «livre exame» fundado na Razão; ao ensino de filiação medieval, contrapunha-se o «experimentalismo» como pedra base da evolução científica; a visão fechada do mundo e uma economia de vistas curtas perdiam terreno